

PROTOCOLO DE CONSULTA COMUNITÁRIO

COMUNIDADE RIO
VERDE E GRAJAÚNA E
COMUNIDADE PRAIA DO UNA

★ BIOMA ★
Mata Atlântica

REALIZAÇÃO:

Instituto Caiçara da Mata Atlântica

APOIO:

*Fundo Brasil de Direitos Humanos e Observatório de Protocolos
Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre
e Informado (OPCPLI)*



INSTITUTO CAIÇARA
DA MATA ATLÂNTICA
CULTURA. EDUCAÇÃO. PESQUISA



OBSERVATÓRIO
PROTOCOLOS DE CONSULTA E CONSENTIMENTO
LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

Fundo
Brasil



TERRITÓRIO TRADICIONAL CAIÇARA DA JUREIA
IGUAPE - SP

PROTOCOLO DE CONSULTA COMUNITÁRIO

**COMUNIDADE RIO
VERDE E GRAJAÚNA
E COMUNIDADE PRAIA DO UNA**

* **BIOMA** *
Mata Atlântica



INSTITUTO CAIÇARA
DA MATA ATLÂNTICA
CULTURA · EDUCAÇÃO · PESQUISA



PROTOCOLO DE CONSULTA E CONSENTIMENTO
LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

**Fundo
Brasil**



**INSTITUTO CAIÇARA
DA MATA ATLÂNTICA**
CULTURA. EDUCAÇÃO. PESQUISA



**Fundo
Brasil**

Realização Instituto Caiçara da Mata Atlântica

Assessoria técnica e jurídica Andrew Toshio Hayama, Camila Cavalari,
Isabel Cortes da Silva Ferreira e Rodrigo Ribeiro

Revisão Maiara Dourado

Ilustração e Projeto Gráfico MAREACAROL

Apoio Fundo Brasil de Direitos Humanos e Observatório de
Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento
Prévio, Livre e Informado (OPCPLI)

Contato institutocaicara.ma@gmail.com

Instagram @institutocaicara.ma

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Protocolo de consulta comunitário : comunidade Rio Verde e Grajaúna e comunidade Praia do Una / organização Instituto Caiçara da Mata Atlântica. -- Iguape, SP : Instituto Caiçara da Mata Atlântica, 2025.

ISBN 978-65-988705-0-8

1. Caiçaras - Brasil - Cultura 2. Comunidades tradicionais 3. Direito ambiental 4. Direitos fundamentais 5. Organização Internacional do Trabalho 6. Povos indígenas - Brasil 7. Protocolos de consulta - Elaboração I. Instituto Caiçara da Mata Atlântica.

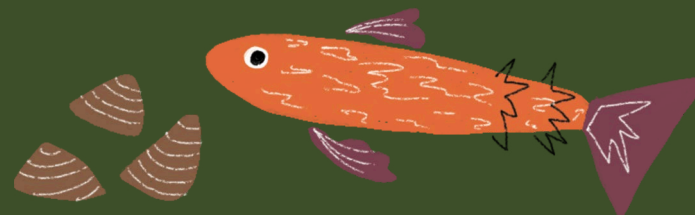
25-300581.0

CDU-34:502.7(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Protocolos de consulta prévia : Direito ambiental : Legislação 34:502.7(094)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



SUMÁRIO

07

Capítulo 01
Quem somos?

11

Capítulo 02
Onde estamos?

13

Capítulo 03
Por que escrevemos
este protocolo?

17

Capítulo 04
Qual a nossa
história?

34

Capítulo 05
Como nos
organizamos?

42

Capítulo 06
Direito à consulta e
consentimento livre,
prévia, informada e de
boa-fé

46

Capítulo 07
Como queremos
ser consultados?

47

Subcapítulo 7.1
Etapas da consulta

49

Capítulo 08
Calendário

52

Capítulo 09
Considerações
finais

54

Subcapítulo 9.1
Mais sobre nós



Créditos: Acervo histórico | Preparo da fogueira da Festa de São João no Centro Espírita São Miguel Arcanjo, localizado na Comunidade da Cachoeira do Guilherme, que reunia diferentes famílias tradicionais da Jureia.



Créditos: Acervo histórico | Inauguração da Escola Caiçara da Jureia na Comunidade da Cachoeira do Guilherme, em 2002.

Somos mulheres e homens

o mar até os morros, passando pelos rios, mangues, jundus, lombadas e desmontes. Essas práticas vêm a partir dos nossos ancestrais e são reinventadas a cada geração, é a partir delas que aprendemos a cuidar e a viver da natureza, da floresta, das águas e de tudo que ela nos oferta para garantir nosso modo de viver. Na roça, cultivamos variedades de mandiocas para fazer farinha, além de uma grande diversidade de feijões, milhos, arrozes, batatas e abóboras. Esses cultivos, juntamente ao pescado e aos diferentes tipos de mariscos, siris e caranguejos, além de ostra, pegoava, saquarita e tatuíra, são a base de nossa alimentação.

Tão importante quanto a roça e a pesca, é a coleta de frutas e plantas deixadas por nossos mais velhos em suas taperas, que são locais de antigas moradias que fazem parte da nossa vida, memória e história no território. Laranjeiras, limoeiros, abacateiros e jaqueiras, além de outras tantas frutíferas, são heranças de nossos ancestrais. Elas complementam nossa alimentação e reavivam lembranças e cuidado. Com nossos ancestrais, também aprendemos o conhecimento sobre os remédios do mato, quais plantas podem nos curar e como usá-las em chás, banhos, emplastros e outras formas de preparo, além das rezas importantes para cada situação.



Créditos: Acervo Comunitário | Famílias tradicionais em diferentes momentos de comunhão em torno de festejos religiosos e batismo na Comunidade da Cachoeira do Guilherme.



Do cipó timbopeva, do imbê e da taquara fazemos cestos, jacás, tipitis, peneiras, balaies e outros tantos instrumentos que são importantes para nossas práticas. Das madeiras, fazemos nossas casas, canoas, remos, pilões e até nossos instrumentos musicais. Nossas comunidades são alegres, acolhedoras e festivas. Ao som da viola, da rabeca, do pandeiro e da timba, celebramos o encontro comunitário com o Fandango Caiçara, seja após o compartilhamento de trabalho em ajudórios e mutirões seja como devoção nos festejos religiosos.

Manter nossas práticas tradicionais e nosso modo de vida é a nossa maior resistência, foi o que nos manteve vivos por séculos. Mas foi preciso desenvolver outras formas, para além da organização

Créditos: Acervo Comunitário | Atividades tradicionais na Comunidade Rio Verde e Grajaúna: Coleta de marisco e cultivo de mandioca.

que sempre tivemos, para lutar por nossas vidas, nossa autonomia e nosso território. É por meio de associações comunitárias que construímos o movimento e participamos de inúmeros espaços de discussão e articulação para a defesa de nossos direitos culturais e territoriais.

Criamos nossas crianças para que saibam cuidar da natureza e para dela tirar somente o que precisam para viver bem, assim como nos foi ensinado pelos nossos mais velhos, e também para que saibam lutar por seus direitos, de maneira que possamos perpetuar nosso modo de vida e nossa cultura, com respeito, responsabilidade e a certeza da importância desse conhecimento.



Créditos: Acervo Comunitário | Atividades tradicionais na Comunidade Rio Verde e Grajaúna: Forneação de farinha de mandioca, colocação de covo, reza e desmalhe de pescado.

ONDE ESTAMOS?



POR QUE ESCRREVEMOS?

Escrevemos este Protocolo enquanto comunidades tradicionais construímos este protocolo como mais uma ferramenta de defesa de nossos territórios e modo de vida.

Entre 2016 e 2018, construímos o Plano de Uso Tradicional das Comunidades Tradicionais Caiçaras da Jureia - SP (PUT). Este documento reuniu as regras e acordos comunitários que determinam a gestão do nosso território e expressa o compromisso das comunidades com a proteção da natureza e o modo de vida tradicional. Liderado pelas associações comunitárias e contando com a assessoria técnica de pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos das ciências naturais, sociais e jurídicas, o PUT foi construído a partir de metodologia participativa, com diversas reuniões de planejamento do grupo de trabalho, reuniões comunitárias ampliadas e reuniões de avaliação, que culminaram em sua elaboração e na aprovação em Assembleia Geral no dia 17/03/2018. Além da assessoria técnica de pesquisadores e acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento, essa construção contou com contribuições da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no Vale do Ribeira e do acompanhamento do Ministério Público Federal como instituição observadora.



este Protocolo



Créditos: Acervo Comunitário | Momentos de reuniões comunitárias realizadas durante a elaboração do PUT, entre 2016 e 2018.



O PUT pode ser solicitado por meio de consulta ao Instituto Caiçara da Mata Atlântica por e-mail.

institutocaicara.ma@gmail.com



Créditos: Acervo Comunitário | Momentos de reuniões comunitárias realizadas durante a elaboração do PUT, entre 2016 e 2018.

Em reunião ampliada para discutir a atualização do Plano de Uso Tradicional em novembro de 2024, avaliamos que era necessário iniciar a construção de um Protocolo de Consulta Comunitário, documento que é, a nosso ver, complementar ao PUT e que nos fortalece frente às pressões, expulsões e outras formas de violência que chegam até nós e a nossos territórios.

Ao longo de décadas temos percorrido um longo caminho de aprendizado, de compartilhamento de saberes, de construção coletiva e intercomunitária, de parceria jurídica e científica, de produção de conhecimento e de efetivação de direitos. O Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livre, Informado e de Boa-fé é também uma forma de reparação histórica para nossas comunidades, para que não sejamos mais ameaçados e ameaçadas por qualquer tipo de relação desigual que viole nossos direitos. Acreditamos que é justo e urgente garantir um processo respeitoso na relação com quem vive nesse território.

QUAL A NOSSA HISTÓRIA?



Nós somos o começo, o meio e o começo.
Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade
nos guia.”

Nêgo Bispo

O COMEÇO DA HISTÓRIA POR UMA DE NOSSAS AVÓS

Texto criado a partir da história e memória de Nancy Prado, saudosa desde o outono de 2021. Traz seu relato da vida comunitária e poderia narrar as histórias de muitas outras mulheres, outras de nossas avós.





Nasci em 25 de

ela quem ajudou minha mãe a dar à luz, ela era parteira. Ela sabia todos os remédios do mato, os banhos, as rezas pra fazer uma criança nascer. Minha mãe, que também era Prado, família daqui mesmo do Rio Verde, filha de Bernardino Antunes e de Justina Maria, depois aprendeu a fazer parto também e me ajudou no parto de todos os meus 10 filhos e dos filhos de muitas outras mulheres aqui da comunidade. Aqui na nossa comunidade era assim, as crianças nasciam em casa, com a ajuda das parteiras e de Deus e a gente tinha muitos cuidados com a mãe e com a criança que nascia, desde a gravidez até o fim do resguardo, seguindo a sabedoria dos nossos mais velhos e mais velhas. Mas esse não é o começo da nossa história, é só o dia em que eu nasci, nossa história começou muito antes. Meus avós contavam que a nossa família sempre viveu aqui, a gente é da turma de vovó Mariana, Mariana Baptista do Prado. Onésio, que também é Prado, já é da turma de Antônio Baptista, que era irmão de vovó Mariana. Os dois eram filhos de Antônio Baptista do Prado e Maria Cabral. E antes deles vieram outros, tudo nossos antigos. E essas coisas que a gente sabe é tudo sabedoria que vem desde aquele tempo, coisa que nossos avós aprenderam com os avós deles e a gente com eles. E por isso que a gente tem que passar pra vocês também e vocês têm que aprender pra passar pros netos e netas de vocês.

¹ Os moradores tradicionais desta região reconhecem por Jureia uma comunidade próxima ao Valo do Ipiranga, depois do Maciço da Jureia no sentido de Iguape. Posteriormente, após a criação da Estação Ecológica Jureia Itatins, as pessoas de fora passaram a se referir à Jureia como toda essa região sobreposta pela unidade de conservação.



Mas voltando pro dia que eu nasci, depois de sete dias na casa de vovô Maurício, minha mãe e meu pai voltaram pra casa deles e me levaram junto. Minha mãe ainda tava de resguardo, mas tinha bastante gente que ia lá ajudar a gente. Minha tia Geni, irmã da minha mãe, era vizinha nossa. A gente morava na beira do caminho do Telégrafo, na Praia do Rio Verde mesmo, entre a Lagoa do Meio e a Lagoa do Itacolomi. Minha mãe levava a gente pra pescar na pedra pra pegar mistura e na volta tinha que brigar com Compadre Válter, meu irmão que veio depois, porque ele não queria andar e mamãe não dava conta de carregar ele e cesto com os peixes. Eu sou a mais velha, depois veio Compadre Válter, Comadre Mariquinha e Nadir, que era a mais pequena. Todos nós aprendemos a fazer de tudo. Eu lembro do tempo de plantar roça, vocês sabem o trabalho que dá plantar uma roça... Papai com tio Pedro Domingues iam roçar, chamavam a turma pra derrubar, depois esperavam secar pra queimar. Coivarear a gente ia também, tirava tudo a madeira da roça, fazia umas fogueirinhas, abria espaço pra poder plantar depois. Antes do auxílio a gente já ia aprontando a comida, que não podia faltar, a gente ia pra pedra tirar marisco, enfiava nas cordinhas pra secar e depois fazer farofa, boqueca, tudo o que é de coisa. A gente socava arroz e já deixava socadinho pra cozinhar e também deixava um bocadinho na água pra fazer cuscuz de arroz. Cuscuz de arroz é muito gostoso com café. E fazia farinha, farinha não podia faltar de jeito nenhum, farinha branca, farinha manema... Eu aprendi a cevar com a minha tia Geni, sabia? Às vezes ela tava sozinha e ia lá me chamar em casa pra ajudar ela a fazer farinha, eu era menina ainda, ela falava pra eu cevar e deixar os pedaços menores pra ela, que era mais perigoso, aí ela relava pra mim e depois eu relava pra ela, e assim a gente fazia uma farinhada só nós duzinhas. A goma a gente deixava no sol no apá pra secar bem sequinha, que aí dá pra guardar numa lata que não estraga. A gente fazia muito biju de goma e mamãe também usava pra engomar a roupa. Minha mãe tinha cuidado com as coisas. Ela costurava também, ela que fazia as nossas roupas, os vestidinhos das meninas, tudo caprichadinho. Eu aprendi a costurar

com ela. Quando chegava o carnaval, isso eu já era mais moça, a gente ficava tudo rodeando ela pra fazer vestido pro baile. Carnaval bom era aqui mesmo no Rio Verde! De tanta gente que tinha, dançavam Fandango na casa de vovô Maurício, numa margem do Rio, e na casa de tio Brasilide, na outra margem do Rio. De uma casa dava pra ouvir o toque da viola da outra e tinha gente que atravessava pra ir dançar nos dois bailes! Onésio era um deles! Ô turma pra dançar! E dá-lhe Fandango até o sol raiar. O Carnaval começava na sexta-feira e ia até a meia noite de terça-feira, que aí já começava a quaresma e a gente sempre respeitou a quaresma. É tradição nossa! Chegava meia noite, depois do São Gonçalo, os violeiros viravam tudo as violas de boca pra parede até a Páscoa. E todo mundo respeitava.

Essas coisas sempre foram muito importantes pra nós e as nossas tradições fazem parte da nossa fé. Aqui a gente sempre foi curado com as rezas e os remédios do mato, todo mundo procurava os curador quando estava doente. Tinha tio Germano no Rio das Pedras, Vovô Mariano e tio Artur na Jureia, depois veio Manuel Plácido no Rio Comprido e Compadre Sátiro na Cachoeira do Guilherme, todos eles curaram muita gente. Compadre Sátiro ficou muito conhecido por seus benzimentos e tinha gente de tudo que é parte que vinha consultar com ele. Lá a gente fazia reza todo primeiro sábado do mês, a reza do dia 25 de março, além dos festejos de São João Baptista e de São Miguel Arcanjo. São Miguel era o padroeiro do centro, lá era um centro espírita. Compadre Sátiro fazia casamento e batizado também.

Falando em casamento e voltando um pouquinho na história, quando casei com Onésio, a gente reuniu a turma e pediu pra ir morar na casa da professora, pertinho da casa dos meus pais. A professora, Dona Josefa, foi quem me ensinou a ler e escrever, mamãe já tinha me ensinado alguma coisa, mas depois aprendi mais com ela. Ela ensinou tudo a turma daqui, Nadir gostava dela, não saía da casa dela. Santino, meu primo, filho de tia Geni e tio Pedro, também aprendeu com ela e ele depois virou professor e deu aula pra todos os meus filhos e ainda pros meus netos, foi um grande professor. Mas, então, quando veio a professora, eu tinha já mais de dez anos, a turma se reuniu e fez



a casa pra ela morar com o marido. A escola era na casa de tio Jango Mendonça, ali no caminho para a praia. Depois que a professora foi embora, a turma deixou a gente morar na casa que fizeram pra ela, que tava vazia. Foi lá que nasceram os nossos primeiros filhos. A vida era assim, a gente fazia as coisas tudo junto com a nossa família, com a nossa comunidade, todo mundo era unido, todo mundo vivia bem, um ajudava o outro, sempre foi assim. Aí, chegou um tempo em que as coisas começaram a mudar, chegou gente interessada nas nossas terras ameaçando a gente, aí tudo mudou.



O MEIO DA NOSSA HISTÓRIA

Os diferentes jagunços que nossas famílias enfrentaram neste território chegaram na década de 1960, duas décadas depois que os projetos de desenvolvimento chegaram ao Vale do Ribeira, quando a especulação imobiliária tornou-se uma das formas de disputa pela terra. Nesse período, contrariando o modo de vida comunitário, caracterizado pelo uso coletivo do território, nossos mais velhos e mais velhas sofreram pressões por parte de fazendeiros, empreiteiros, construtores, madeireiros, usineiros, todos interessados em nossas terras. Os primeiros confrontos entre grileiros e comunidades foram registrados a partir desta década.

Já na década de 1970, outros dois projetos ameaçaram nossas vidas e território: um, tinha como proposta a construção de uma cidade para 70 mil pessoas e o outro, se deu com a tentativa de instalação de uma usina nuclear no Morro do Grajaúna, durante a ditadura militar.



Créditos: Acervo histórico | Liderança comunitária Dauro Marcos do Prado entrega documento com reivindicações das comunidades da Jureia para o então governador Mário Covas, em 2000.



Em 1986 foi criada a Estação Ecológica Jureia Itatins, que, apesar de conter o avanço da especulação imobiliária e da usina nuclear, impôs proibições à roça, à caça, à pesca e ao extrativismo, principais meios de vida das nossas comunidades, além de promover a precarização do acesso a serviços de educação e saúde no território sobreposto pela unidade de conservação, criada sem considerar a existência das comunidades território e sem consulta.

As restrições impostas aos meios de vida na década de 80, ainda em período ditatorial, esvaziaram, pela fome e pela violência, diversas comunidades e hoje 12 das 22 comunidades da região conhecida como Jureia já não existem mais. Em 1983, nas comunidades Rio Verde e Grajaúna e Praia do Una viviam 39 famílias. Hoje vivem menos de 10 famílias.

Esse conflito e a consequente expulsão das famílias de nosso território geraram diversos impactos em nossas comunidades. Hoje a maior parte das famílias vive de maneira precária nas periferias das cidades próximas e muitas enfrentam questões de saúde física e mental que antes não existiam nas comunidades,

como insegurança alimentar, dependência química, depressão, ansiedade, entre outras. Além disso, grande parte da juventude cresceu com pouco vínculo com o território e a tradição caíçara.

Esse histórico de sucessivas pressões prejudicou de maneira incalculável os corpos, vidas e dignidade de nossas famílias, expulsaram centenas de pessoas de suas casas, de nosso território tradicional e causaram prejuízos culturais sem precedentes. Mas nós somos resilientes, nos reinventamos, resistimos e buscamos formas de garantir nossos meios de vida. Para isso, na década de 1990, criamos a Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) e a União dos Moradores da Jureia (UMJ), associações comunitárias para nosso fortalecimento, organização e atuação em novos espaços de luta.

O NOVO COMEÇO DA NOSSA HISTÓRIA

Há décadas enfrentamos os diversos atores envolvidos neste processo de expulsão e, apesar de não estarmos livres de ameaças, tivemos importantes conquistas. Dentre elas, podemos citar a garantia do direito à roça dentro da Estação Ecológica, que havia sido proibido em 1986 com a criação da unidade de conservação, e que foi reconquistado em 1991 através da articulação comunitária. Durante esses anos sem plantio, houve uma perda muito grande de sementes e ramas, pois o banco de sementes comunitário sempre foi gerado pelo próprio plantio. Mesmo assim, com seus direitos tolhidos por um processo de autorização criado pelo órgão gestor do Estado, a roça possibilitou e possibilita o sustento e a melhor qualidade da alimentação das famílias que permanecem no território.



Outra conquista que devemos destacar foi a articulação comunitária no início dos anos 2000 para a recategorização da Estação Ecológica Jureia-Itatins, a fim de garantir a permanência e vida digna das comunidades que tiveram seus territórios sobrepostos pela unidade de conservação. Essa articulação resultou, em 2006, na mudança da lei e criação do Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins, que deu origem às duas primeiras Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica: a RDS Barra do Una e a RDS Despraiado, por serem as comunidades mais populosas, e garantiu de forma expressa na lei o direito de permanência das comunidades tradicionais no interior da Estação Ecológica. Esta proposta, apesar de ter sido invalidada pelo Judiciário, foi posteriormente concretizada na Lei Estadual nº 14.982 de 2013, que está atualmente em vigor.

Créditos: Acervo Comunitário | Atividades tradicionais na Comunidade Rio Verde e Grajaúna: Coivaração, beneficiamento de arroz, colheita de arroz e plantio de mandioca.



Em 2012, o Fandango Caiçara foi reconhecido Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa manifestação cultural, tão central na identidade e na vida social, religiosa e de trabalho do povo caiçara, que envolve música, dança, poesia e festividades também foi fruto de muita articulação comunitária. O processo do registro envolveu um amplo levantamento em comunidades de São Paulo e Paraná, no qual tivemos importante atuação, e o reconhecimento dessa manifestação cultural imaterial prevê medidas de salvaguarda para a garantia da transmissão de saberes e fazeres de geração em geração.

Créditos: Acervo Comunitário | Atos de resistência na Comunidade Rio Verde e Grajaúna frente a violações de direitos de moradores tradicionais por órgãos do Estado de São Paulo, em 2019.



Créditos: Acervo Comunitário | Manifestações do Fandango Caiçara na Casa de Onésio do Prado.

Também é importante destacar o nosso acúmulo enquanto movimento e organização social, pois fazemos parte de diferentes espaços de articulação, seja de forma coletiva, como organização, seja pela representação por lideranças comunitárias. Assim, entre 2005 e 2016, integramos a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e, em 2007, participamos da construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Em 2014, articulados junto a outras comunidades tradicionais caiçaras ao longo do litoral do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro, fundamos a Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçara (CNCTC). A CNCTC foi fundamental para a ampliação da participação do segmento caiçara como comunidade tradicional no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), desde sua criação em 2016 por meio do Decreto Federal nº 8.750/2016.

Nesse mesmo ano, a partir da atuação no CNPCT, iniciamos a construção da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, que reúne os diferentes segmentos de PCTs de forma autônoma, buscando promover o reconhecimento de seus direitos e fortalecer sua atuação política e social. Ainda em 2016, atuamos na fundação do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (FPCTVR), espaço de articulação entre os diferentes segmentos de PCTs no Vale do Ribeira – SP.

Desde sua fundação, em enfrentamento à Lei de Concessões de Unidades de Conservação (UCs) do estado de São Paulo, já tivemos várias conquistas, com destaque para a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determina que as áreas de UCs que sobrepõem territórios tradicionalmente ocupados por PCTs sejam excluídas de processos de concessão para a iniciativa privada.

A decisão foi dada em julgamento de uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) e que tem como Amicus Curiae o FPCTVR.

Ainda por meio das articulações no âmbito do FPCTVR, realizamos em Registro - SP, em junho de 2024, o “Fórum dos Fóruns”, que reuniu quatro dos principais Fóruns dos Povos e Comunidades Tradicionais do bioma Mata Atlântica. No encontro debatemos as estratégias de defesa dos territórios, reafirmando que a permanência dos PCTs em seus territórios é medida essencial para a conservação ambiental. Por fim, foi criada a Aliança dos Povos e Comunidades Tradicionais em Defesa da Mata Atlântica.

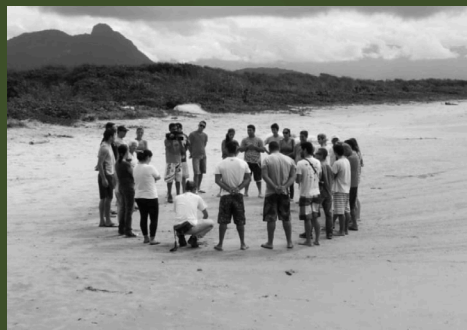


Créditos: Thiago Mariano | Marcha pela efetivação de direitos durante o Encontro Nacional dos Fóruns dos Povos e Comunidades Tradicionais em Registro, no Vale do Ribeira, em 2024.



Apesar das importantes conquistas que tivemos, além de uma trajetória comunitária de muito aprendizado, nós seguimos organizados e organizadas para que possamos viver com dignidade e liberdade, como a vida que nossos mais velhos e mais velhas contaram para nós. Seguimos em luta. Nunca abandonamos nossas práticas, mesmo enfrentando muitas violências e dificuldades, continuamos pescando, fazendo roça, mantendo nossas tradições e contando as histórias das pessoas que vieram antes de nós, para que as gerações futuras de nossas comunidades possam conhecer sua história, o nosso modo de vida e escolher a forma como desejam viver.

Créditos: Thiago Mariano | Marcha pela efetivação de direitos durante o Encontro Nacional dos Fóruns dos Povos e Comunidades Tradicionais em Registro, no Vale do Ribeira, em 2024.



Créditos: Rodrigo Ribeiro | Atos de resistência entre a cultura tradicional e momentos de enfrentamento com gestores do Estado frente ao cerceamento da vida na comunidade em 2014 e 2019. Homenagem a Nancy Prado.

COMO NOS ORGANIZAMOS?

Em 1990, fu

nosso território, nosso modo de vida e do bioma Mata Atlântica.

Para isso, em 2023, a associação passa a se chamar Instituto Caiçara da Mata Atlântica.



Créditos: Acervo Comunitário | Assembleia Geral em que foi aprovada a reestruturação da associação comunitária, em 2023.

Nossos principais objetivos são:

1

Atuar na defesa dos direitos humanos, territoriais, sociais, econômicos e culturais e de livre acesso à biodiversidade para os PCTs;

2

Defender o direito à educação de qualidade e socialmente referenciada e diferenciada nos diferentes ciclos da Educação Básica e do Ensino Superior, a partir do modo de vida das comunidades tradicionais Caiçaras e dos povos e comunidades tradicionais;

3

Atuar na proteção da natureza e da sociobiodiversidade, entendendo a natureza como fundamental para a manutenção e desenvolvimento da vida dos PCTs;

4

Promover ações de combate ao racismo e violência ambiental e incentivar a construção de políticas de ações afirmativas e pedagógicas das relações étnico-raciais e socioambientais.

No contexto comunitário, nossas formas de organização podem ser divididas em três eixos principais:



ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Visa o fortalecimento comunitário com ações para a educação caiçara, soberania alimentar, a valorização das práticas tradicionais, a geração de renda e a formação de crianças e jovens.



Créditos: Acervo Comunitário | Momentos de fortalecimento comunitário: roda de conversa sobre a Escola Caiçara e auxílio de plantio de mandioca.



ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA

Visa a garantia do direito das comunidades a partir de uma atuação em rede, junto a outros Povos e Comunidades Tradicionais, a exemplo da Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras, do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira e da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e de ações específicas para o nosso território.



Créditos: Thiago Mariano e Acervo Comunitário | Discussão sobre a roça tradicional no Encontro Nacional dos Fóruns de PCTs, em 2024, e reunião com representantes do Governo Federal em Brasília, em 2025.



COPRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Visa a garantia do direito das comunidades a partir de uma atuação em rede, junto a outros Povos e Comunidades Tradicionais, a exemplo da Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras, do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira e da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e de ações específicas para o nosso território.



Créditos: Acervo Comunitário | Momentos de reunião entre pesquisadores acadêmicos e pesquisadores locais, em 2015 e 2025.

PESQUISAS

Com a sobreposição do nosso território pela Estação Ecológica Jureia-Itatins, muitos grupos de pesquisadores e pesquisadoras adentraram nossas comunidades. As relações de pesquisa, por sua vez, nem sempre foram respeitadas. Em muitos casos, vimos o conhecimento tradicional ser aproveitado e até mesmo apropriado sem ter o devido reconhecimento de sua importância na produção do conhecimento científico. Após um longo histórico de violações, tomamos o processo em nossas mãos e reconduzimos a relação com pesquisadoras e pesquisadores no território a fim de sermos também sujeitos da pesquisa e não apenas informantes ou objeto delas. Assim, nesta nova relação com a universidade, avaliamos que ocupar os espaços acadêmicos e promover alianças com pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a verdade é fundamental para a construção de pesquisas éticas, que respeitem e valorizem o conhecimento e os modos de vida tradicionais, além de contribuírem para a defesa do território, a conservação da natureza e a construção de políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais.

Como exemplo de coprodução de conhecimento, destacamos a nossa participação em pesquisas acadêmicas como pesquisadoras e pesquisadores locais, publicação de artigos científicos, co-orientação de pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas na Jureia, inclusive com a participação de representantes das comunidades em bancas avaliadoras.

Em 2013, participamos do projeto “Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades do Brasil - São Paulo”, sob coordenação do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida e da professora Rosa Acevedo Marin, e equipe de pesquisa que incluiu pesquisadores locais e pesquisadores do LATA - Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes/CERES/UNICAMP.

Confira aqui o fascículo “Comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape-Peruíbe”:



Entre 2020 e 2022, também participamos como pesquisadores locais, da pesquisa “Comunidades tradicionais, conservação ambiental e políticas territoriais”, coordenada pelo Professor Mauro William Barbosa de Almeida e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). O projeto culminou no Seminário de Pesquisa “Territórios tradicionais, conservação e políticas públicas”, realizado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em 2023.

Destacamos, por fim, a participação da Associação, ainda sob o nome de União dos Moradores da Jureia, de publicações importantes como “Seção 12: Conflitos” e “Seção 16: Comunidades Tradicionais”, da grande publicação “Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil”, organizada pelas professoras Dra. Manuela Carneiro da Cunha, Dra. Sônia Barbosa Magalhães e Dra. Cristina Adams, e publicada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Confira aqui a publicação “Seção 16: Comunidades Tradicionais” e “Seção 12: Conflitos”



DIREITO À CONSULTA E

CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIA, INFORMADA E DE BOA-FÉ

A Convenção

do Trabalho (OIT), incorporada ao ordenamento que abrange as comunidades tradicionais conforme aponta a jurisprudência brasileira, o Direito a Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (DCCLPI) sobre qualquer decisão administrativa, legislativa ou ainda qualquer projeto ou ação que possam impactar nossas vidas e territórios.

Enquanto comunidades tradicionais caiçaras, segmento étnico reconhecido pelo Decreto nº 6.040/2007 e pelo Decreto nº 8.750/2016, que criou o CNPCT, somos sujeitos e sujeitas desse direito e a consulta e consentimento livre, prévio e informado (CCLPI). O Estado e qualquer ente interessado em desenvolver projetos, programas ou atividades que possam impactar nossas comunidades passam a ter a obrigação de nos consultar.

Nos casos em que a proposta envolver qualquer forma de licença ou autorização por órgãos públicos, ainda que o ente interessado pela atividade ou projeto proposto seja da esfera privada, a condução do processo de consulta e consentimento às comunidades é de responsabilidade do referido órgão público, devendo ser condição para que a licença ou autorização seja expedida.

Importante destacar que a consulta não se restringe aos casos que demandam licenciamento e deve ser promovida em qualquer caso. Inclusive, quando a proposta possa nos beneficiar, como nos casos de implantação de programas de saúde e educação, respeitando as nossas formas de organização, de representação e de tomada de decisão.

O processo de consulta não pode ser confundido com a participação de nossas representações em conselhos consultivos, deliberativos e audiências públicas, bem como não significa o mero cumprimento das etapas do protocolo. A comunidade deve ter ampla participação e sua posição deve ser considerada pelos tomadores de decisão.

Sendo assim, o poder público deve buscar entender nossa posição de forma:

LIVRE

Sem pressão
ou ameaça;

INFORMADA

Com informações nítidas,
completas e acessíveis, para
que possamos compreender
e avaliar as consequências.

PRÉVIA

Antes de qualquer tomada
de decisão, para que
possamos influenciar de
maneira efetiva no processo;

DE BOA FÉ

Sem mentiras
ou informações falsas.

A qualquer momento, a comunidade poderá solicitar o apoio de instituições parceiras como a Defensoria Pública e o Ministério Público, além de assessoria técnica de especialistas nas diferentes áreas de conhecimento, para acompanhamento do processo de consulta.

Após realizado o processo de consulta, se caso nos posicionarmos de forma contrária ao que fora proposto, nossa posição deverá ser devidamente considerada e enfrentada, no sentido de que eventual prosseguimento da intervenção seja fundamentado com justificativas e argumentos que observem nossas considerações ponto a ponto. Dessa forma, teremos condições de analisar a devolutiva e de avaliar se nossos direitos estão sendo violados, caso em que buscaremos tomar as medidas cabíveis para possíveis reconsiderações. Quando esta apresentar risco à sobrevivência física e cultural das nossas comunidades, o consentimento deverá ser necessariamente respeitado.

Por fim, entendemos que o processo de consulta deve ser visto não como um mero procedimento de praxe, mas como uma oportunidade de respeitar a autodeterminação dos povos, buscando entender nossa forma de se relacionar com nosso território e nossa cultura e buscando se chegar a um acordo sobre questões muitas vezes sensíveis para nós.



Créditos: Acervo Comunitário | Momentos da oficina para a construção do Protocolo de Consulta, em 2025.

COMO QUEREMOS SER CONSULTADOS?



Apartir de o

compôs o processo de construção deste protocolo, informado de boa-fé seja realizado em nossas comunidades.

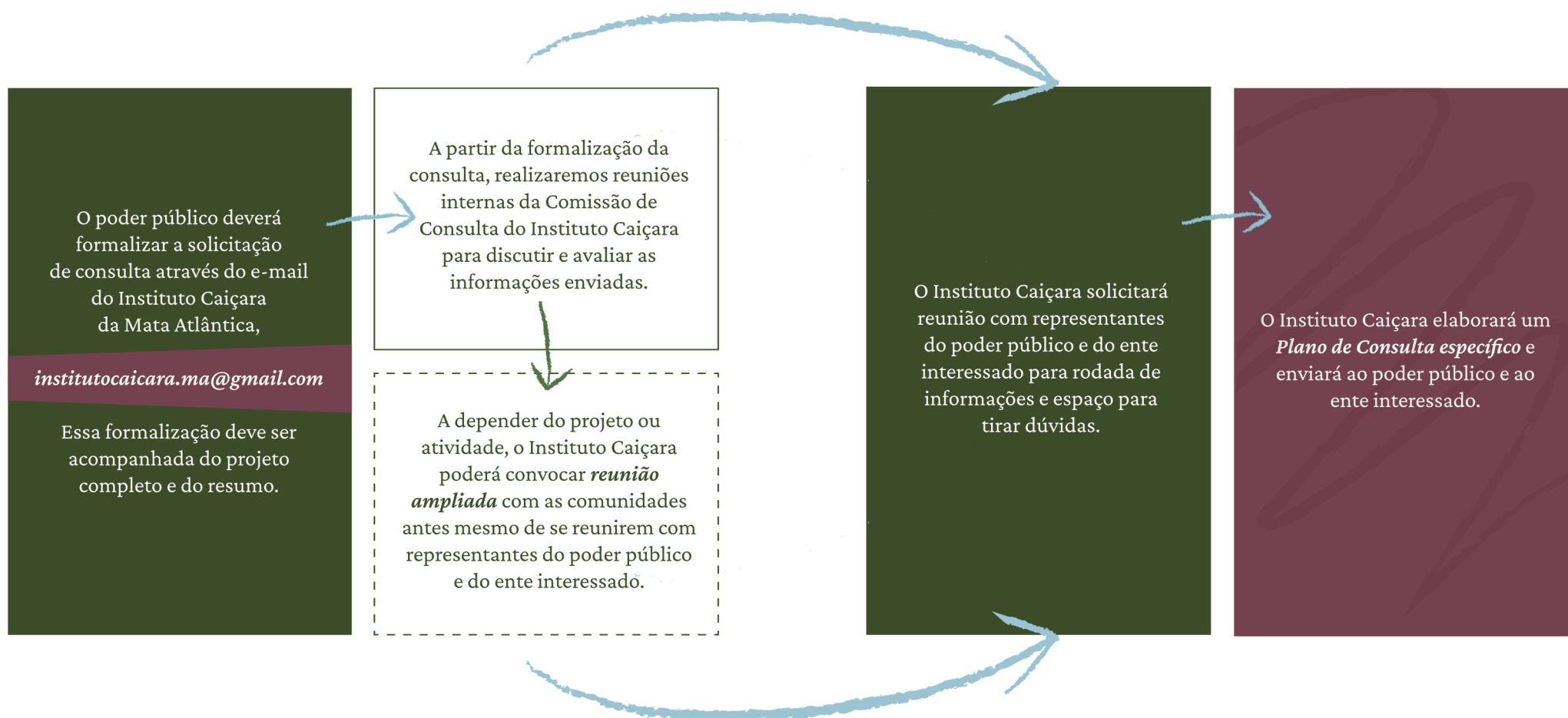
Para isso, estabelecemos cada etapa do processo e um calendário com os momentos adequados para sua realização, respeitando as atividades tradicionais ao longo do ano.

A consulta deverá ser formalizada através de nossa organização representativa, o Instituto Caiçara da Mata Atlântica e será designada uma Comissão de Consulta para mediar as tratativas com as comunidades.

A seguir apresentamos a s etapas da consulta:

Créditos: Acervo Comunitário | Momentos da oficina para a construção do Protocolo de Consulta, em 2025.

ETAPAS DA CONSULTA



Em caso de propostas em que se busque a construção conjunta com as comunidades desde o início do projeto, o que incentivamos que aconteça por ser uma forma justa de considerar a autodeterminação, os conhecimentos, contribuições e demandas das comunidades, solicitamos a **formalização por e-mail e envio de informações iniciais para avaliação de interesse das comunidades na construção do projeto.**

Todas as etapas da consulta poderão ser revistas e readequadas pelas comunidades, por meio do Instituto Caiçara da Mata Atlântica, a qualquer tempo e novamente pactuadas com o poder público e o ente interessado na consulta.

Qualquer material de divulgação elaborado sobre o processo de consulta deverá ter anuência do Instituto Caiçara da Mata Atlântica e autorização expressa por escrito para ser publicado.

A Comissão de Consulta elaborará um Plano de Consulta especificamente para cada processo de consulta, considerando suas etapas e peculiaridades e buscando o melhor entendimento das comunidades afetadas sobre o processo em questão, a fim de tomarmos decisões sobre proposta de acordo, consentimento ou veto. Este Plano deve ser respeitado, garantindo a livre determinação das comunidades, sua execução deve ser pactuada com o poder público e ente interessado na consulta e todas as atividades necessárias ao processo de consulta devem ser custeadas pelo poder público e ente interessado.

O Plano de Consulta deverá conter:

1

Quantidade e qualidade das atividades comunitárias necessárias para assegurar nosso pleno entendimento sobre as ações pretendidas, podendo incluir reuniões internas da Comissão de Consulta, reuniões ampliadas, escutas, oficinas formativas, dentre outras metodologias;

2

Quantidade de reuniões entre as comunidades, o poder público e os entes interessados, com previsão de data, local e expectativa de participantes externos, podendo ser representantes de instituições parceiras e outros;

3

Calendário de atividades de acordo com o tempo das comunidades;

4

Informações sobre organização, logística e custos.

organização comunitária, por isso, acordamos entre Sendo assim, a consulta deverá ocorrer prioritariamente nos meses elencados a seguir, que também serão prioritários na proposição das atividades específicas contidas nos Planos de Consulta.

Caso a formalização da consulta ocorra em mês distinto aos apresentados neste protocolo, a Comissão de Consulta poderá decidir se tem condição de atender prontamente ou se os interessados deverão aguardar o próximo mês disponível para consulta. As reuniões serão sempre agendadas por esta Comissão, respeitando a disponibilidade e o tempo das comunidades, não sendo, de forma alguma, aceita a imposição de cronogramas externos.



MÊS	ATIVIDADE
Janeiro	- Dia de Reis (Baile para entrega de coroa dos reis) - Mês para Consulta
Fevereiro	- Carnaval (Bailes de Fandango) - Mês para Consulta
Março	- Quaresma - Início da colheita de arroz - Plantio de feijão - Páscoa (Bailes de Fandango)
Abril	- Início do trabalho de abertura das roças - Mês para Consulta - Colheita de arroz - Colheita de marcela
Maio	- Preparo das roças - Início da safra de tainha e sororoca
Junho	- Festejos de Santo Antônio e São João - Preparo das roças - Safra de tainha e sororoca
Julho	- Plantio de Mandioca - Romaria
Agosto	- Dia do Senhor Bom Jesus de Iguape - Pescaria - Mês para Consulta
Setembro	- Safra de robalo e pescada - Plantio de feijão e milho - Festejo de São Miguel Arcanjo
Outubro	- Safra de robalo e pescada - Mês para Consulta
Novembro	- Safra de robalo e pescada - Plantio de mandioca - Plantio de arroz
Dezembro	- Pescaria - Natal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos como o próprio Estado, nas suas diferentes esferas de desenvolvimento e em nossos territórios, de modo que seguir os passos deste protocolo contribui para a memória das relações que se pretende estabelecer.

Em relação a pesquisadoras e pesquisadores, destacamos que a sobreposição pela Estação Ecológica faz com que muitos projetos de pesquisa sejam realizados em nossos territórios. Sendo assim, é importante reforçar que essa atividade também impacta nossas vidas, e que as pesquisas de toda e qualquer área do conhecimento devem se submeter à consulta.

Da mesma forma, pessoas interessadas em realizar matérias jornalísticas, produções audiovisuais e materiais de comunicação ou divulgação de qualquer natureza, que envolvam o território, nossas comunidades e nossos conhecimentos, devem observar este procedimento, pois nossa longa caminhada nos ensinou que esses também nos impactam positiva ou negativamente.

Também encorajamos que as comunidades sejam procuradas não só para consulta sobre determinado projeto, mas para que projetos sejam construídos conjuntamente, de modo a consideraras

demandas, os anseios e interesses das comunidades.

Por fim, reforçamos a importância de reconhecer a livre determinação e autonomia da comunidade e de respeitar nossas formas de organização, nossas representações, nossos acordos comunitários e nossos direitos para o estabelecimento de relações éticas e justas.

*Vamo gente!
Chega mais!
Olha o cesto de taquara!
A banana verdolenga
da Tapera do caçara
Tem pegoava, peixe seco
Tem marisco enfiado
Feito no tupê do fogo
Com gostinho defumado
Olhe a farinha manema!
O beijú de manapança
Farinha branca torrada
Aproveitem, 'scriança!
Venham!
Tem bolo de roda.
Tem bolinho de aipim
Tem cacho de brejauva
Tudo de lá de onde eu vim.
Olha a melancia branca
O nhundiá bem fresquinho
Indaiá, vacupari
Que eu colhi no caminho!
Ói o remo, a Canoinha*

*Tudo foi feito por nós Quem
ensinou foi nossos pais Que
aprenderam com os avós... Se
aprocheguem mais pra perto
Venham tomar um café Que fiz
hoje bem cedinho E trouxe no
meu farné Já tá acabando,
aproveitem! Só tem cará e
banana, A paçoca de Indaiá, só
vamos ter pra semana Vai ter
taiá e inhame, Vou tirar lá na
tigüêra, Ovo de galinha polaca
Engordado na quirêra Vai ter
tudo bem fresquinho No balaio
da tapera!*

Cleiton do Prado Carneiro





Créditos: Acervo comunitário | Bandeira erguida no mastro durante Festejo em Devoção a São João Batista na Casa de Onésio do Prado.

SAIBA MAIS SOBRE NÓS



O texto deste protocolo foi aprovado em reunião ampliada na Comunidade Rio Verde e Grajaúna no dia 24 de junho de 2025.



INSTITUTO CAIÇARA
DA MATA ATLÂNTICA
CULTURA. EDUCAÇÃO. PESQUISA



PROTÓCOLOS DE CONSULTA E CONSENTIMENTO
LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

]-[**Fundo
Brasil**